

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE (O recurso foi repassado para decisão da Autoridade Competente).

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2022

Processo nº: 23343.002960.2022-42

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 482/2022, vem decidir o recurso impetrado pela empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o número 27.836.512/0001-49. Inicialmente, verifica-se que foi tempestiva a sua manifestação de interesse em recorrer, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019. Não houve a apresentação de contrarrazões de recurso.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação da empresa.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão da Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do ambiente eletrônicos de processamento de contratações, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

DO RECURSO APRESENTADO

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022

A V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.836.512/0001-49, com sede na Rua R Germiniano Maia, 803-A, Bairro Salgado Filho, na cidade de Aracaju - Sergipe por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou inabilitada a V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa V & M NEGOCIOS EIRELI – ME foi convocada no dia 22/09/2022 as 13:42 para apresentar proposta de preços atualizada para o item 06 do pregão eletrônico 20/2022, a solicitação foi precedida pela manifestação do Sr. (a) Pregoeiro no chat do Comprasnet, conforme instruções abaixo:

"Pregoeiro 22/09/2022 13:32:49 Conforme cláusula do Edital 7.26.2. Convocaremos aos licitantes melhores classificados, ou seja, o primeiro colocado de cada item, a apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado. Pregoeiro 22/09/2022 13:35:41 Com base no art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019, solicito aos senhores(as) a rever os valores ofertados até o momento e apresentarem uma melhor proposta de preço em cada item, ou seja, uma redução do valor.

Pregoeiro 22/09/2022 13:37:42 O sr(a). deve nos enviar a sua proposta, conforme o Anexo III do edital da licitação (veiculado em arquivo editável, juntamente com o edital), ajustada aos valores do lance ou se possível, no novo valor reduzido.

Pregoeiro 22/09/2022 13:41:04 Solicitamos que nos envie a documentação em arquivo ÚNICO, ZIPADO. O NÃO ENVIO, no prazo, ou o envio de documento incompleto, poderá acarretar a não aceitação da proposta. O prazo, para envio, será até às 16:00 horas de HOJE, dia 22/09/2022."

Imediatamente a nossa proposta foi atualizada, ajustada ao modelo do anexo III e enviada pelo sistema

Comprasnet. A proposta foi redigida de forma completa, com as especificações, Fabricante, Modelo/ Part Number do item e todas as informações exigidas no anexo III, conforme solicitado. Não obtivemos nenhuma outra solicitação após esse momento, nenhuma diligência solicitando novos arquivos para elucidar eventuais dúvidas quanto compatibilidade do item em questão foi feita, entretanto nossa proposta foi desclassificada, ao nosso entendimento por mero excesso de formalidade, com o motivo alegado do "não atendimento ao requisito exigido no item 12.6 do ANEXO I" que se trata do envio de catálogos / prospectos dos produtos ofertados. Entretanto, esse seria um item facilmente sanável pois se solicitados, anexaríamos o catálogo com mais especificações do item no mesmo instante, mesmo quando a nossa proposta já especificava Fabricante, Modelo, Part Number e todas as especificações suficientes no nosso entendimento para sanar qualquer dúvida.

Entendemos que é de interesse da administração pública adquirir a proposta mais vantajosa, trazendo economia ao erário público. O próprio TCU tem orientação contrária ao excesso de rigor e formalismo na habilitação em licitações em detrimento a aceitação da proposta mais vantajosa:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)"

"É preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta. O TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo. Em decisão anterior, por meio do Acórdão nº 2003/2011- Plenário, o ministro-relator Augusto Nardes destacou que as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário."

II – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão anterior de inabilitar a empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, declarando a empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME habilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.

Nestes Termos
P. Deferimento

25 de Outubro de 2022
V & M NEGOCIOS EIRELI - ME
Rosane M. P. Teixeira
Administradora

DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do ComprasNet, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos. Caso a empresa não concordasse com os termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado de forma tempestiva, requerendo a sua modificação e republicação, caso tivesse alguma motivação.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetivava a revisão da decisão que aceitou a proposta da empresa vencedora, ao fundamento de que teria havido, de parte do Pregoeiro, equívoco na avaliação de seu conjunto documental. Não é o caso, todavia. Em primeiro lugar, como se cuida de licitação de itens de tecnologia da informação (TIC), as decisões pela aceitação, ou não, das propostas são fundadas em juízo técnico, exarado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS.

Consultado acerca das razões e das contrarrazões de recurso apresentadas, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS analisou ambas e, conforme critérios técnicos, elaborou o OFÍCIO Nº 197/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que transcrevemos, na íntegra, a seguir:

Em atenção ao recurso interposto pela licitante V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o número 27.836.512/0001-49, quanto à sua desclassificação do item 6 do pregão 20/2022, procedemos análise da peça recursal, cujo mérito é de que em face do não atendimento do item 12.6 do Termo de Referência, anexo do edital, caberia a este órgão proceder diligência.

Tendo em consideração o acima exposto, procedemos nova análise da proposta da recorrente, tendo sido, mais uma vez, comprovado que ela não atende ao requisito do item 12.6 do Termo de Referência, anexo do edital, que estabelece:

12.6 - DA PROPOSTA

A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

Indicação do item para o qual foi feita a proposta;

Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;

Especificação do produto ofertado acompanhado, quando aplicável, de check list de indicação de arquivo, item e página associados. Esta exigência é compulsória para os itens de 4.16.1 e 4.16.2 e objetiva facilitar a análise de propostas dos produtos de complexidade tecnológica;

Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto. Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no item 4.16 deste documento. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação.

Conclui-se que não é possível proceder com diligência quanto ao que não consta da proposta da recorrente, isto é, a documentação técnica do produto ofertado. Poder-se-ia proceder diligência se uma vez postada a documentação, houvesse dúvida em algum ponto ou outro.

Sendo assim e tendo em vista o princípio licitatório da vinculação ao edital e seus anexos, indeferimos o recurso apresentado.

Vide OFÍCIO Nº 197/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, disponível em:
<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/4916-pregoes-eletronicos-2022-ifsuldeminas-uasg-158137>.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Encaminha-se a presente decisão para ratificação, ou não, da autoridade competente.

Pouso Alegre/MG, 07 de novembro de 2022

João Carlos Ferreira
Pregoeiro

Voltar